

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª/SR	
Recebido em	24/09/18
Às	16 : 50 Hs
Rúbrica:	

**ANTUNES & ANTUNES**  
**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**  
Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CODEVASF.**

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª JSR	
DOC. Nº	846/2018
Recebido em	24/09/18
Às	08 : 40 Hs
Rúbrica:	

Processo licitatório – edital nº. 35/2017

Referente ao processo nº. 59530.000967/18-83

**ADALBERTO VITORINO DA SILVA**, brasileiro, casado, policial Militar da Reserva, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 052.630.264-04 e RG nº. 7.544.193 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua da Inglaterra, 37, Areia Branca, Petrolina-PE, CEP: 56.320-328, vem, respeitosamente, por seu procurador, procuração em anexo, a presença de V. Sa. dentro do prazo legal e consubstanciado nos termos do edital da concorrência nº. 35/2017 e do § 3º do artigo 109 da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, pelos fatos e fundamentos que seguem:

#### **SÍNTESE FÁTICA:**

O Recorrente, teve sua habilitação negada pela comissão deste certame, sob a argumentação de que não comprovou experiência na área rural bem como por constar negativação em seu nome, certidão positiva do SPC/SERASA.

Porém, o presente recorrente atendendo integralmente as exigências editalícia, anexou a sua documentação de habilitação, comprovação de propriedade de

Rec. pelo pela 3ª GB  
Em: 25/09/18 Às 08 Hs  
  
Assinatura



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

imóvel Rural, bem como declaração da associação dos Agricultores da Ilha do pontal, inclusive na função de presidente da mesma, demonstrando, assim, toda sua experiência na área agrícola, seja ela sequeiro ou irrigada.

No que tange a certidão positiva do SPC/SERASA, o recorrente anexou as faturas devidamente pagas, não apresentando certidão negativa por inexistir tempo hábil.

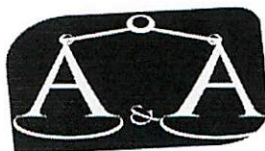
Desta forma, mesmo constando certidão positiva, o Recorrente demonstra que os débitos constantes da mesma já foram devidamente adimplidos.

Ocorre que, de maneira desarrazoada, para total surpresa do Recorrente, a comissão julgadora, mesmo diante da documentação comprobatória de experiência nos mesmos termos do edital, optou por manter este inabilitado para o processo de concorrência 35/2017.

Nestes termos, não resta outra forma senão socorrer-se a Vossa Autoridade para reanálise do presente processo bem como a sua modificação, tornando o Recorrente, ora peticionante, habilitado no processo 35/2017 e, ato contínuo, tenha sua proposta financeira analisada.

## **DO DIREITO**

Inicialmente, no que tange a alegação supracitada, não há que se falar em inabilitação, afinal, concretizando o **PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO**, utilizado em todos os atos do poder público, não há que se falar em desclassificação do ora Peticionante, pois este comprova sua experiência conforme exigido, havendo, no caso em tela, exacerbado formalismo não tipificado no instrumento editalício, o que, fere, automaticamente, aquele princípio (FORMALISMO MODERADO).



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

**RESUMIDAMENTE, O FORMALISMO MODERADO SE RELACIONA A PONDERAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E O DA SEGURANÇA JURÍDICA, OSTENTANDO IMPORTANTE FUNÇÃO NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DESCRITOS NO ART. 3º DA LEI DE LICITAÇÕES: BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, GARANTIA DA ISONOMIA E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.**

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

*No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.*

Neste sentido, se mostra sem qualquer fundamento jurídico a desqualificação do Sr. ADALBERTO VITORINO DA SILVA do processo licitatório na modalidade concorrência nº. 35/2017.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

Corroborando com todo o exposto acima, tem-se o posicionamento jurisprudencial, vejamos:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA COM FORMALISMO EXCESSIVO. INTERESSE MAIOR DA ADMINISTRAÇÃO E DOS



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

**PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

**INDEVIDA INABILITAÇÃO DE CONCORRENTE. ANULAÇÃO PARCIAL. PODER-DEVER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. "A**

interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta" (STJ: MS n. 5.869/DF, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de 07.10.2002). 2. Considerando que, consoante previsto pelo próprio órgão emitente, a utilização do Certificado de Regularidade do FGTS para os fins previstos em lei, está condicionada à verificação de autenticidade no site, uma vez verificada a autenticidade e a efetiva regularidade da empresa concorrente, configura excesso de **formalismo** a inabilitação da licitante que apresentou certificado com data de validade vencida, conforme reconheceu a própria Administração, havendo de prevalecer, no caso, o interesse público da melhor contratação. 3. Tendo em vista que, quanto ao comprovante de recolhimento da quantia de 5% (cinco por cento) da avaliação mínima, foi constatado que a empresa concorrente de fato havia apresentado o documento, tendo a comissão de licitação se equivocado quanto a sua falta, apresenta-se legítimo o ato da Administração que, no exercício do seu poder-dever de autotutela e em face da supremacia do interesse público, anulou o procedimento licitatório, na parte em que inabilitou a empresa por tal fundamento. 3. Sentença confirmada. 4. Apelação desprovida. **Processo** AC 00200427320084013800 0020042-73.2008.4.01.3800 **Órgão Julgador** SEXTA TURMA **Publicação** 26/10/2015 e-DJF1 P. 1705 **Julgamento** 5 de Outubro de 2015 **Relator** DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

**Ementa:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA NECESSÁRIA. LICITAÇÃO. CLÁUSULA EDITALÍCIA. **FORMALISMO EXCESSIVO. EXIGÊNCIA SEM PREVISÃO LEGAL. ASPECTO FINALÍSTICO NÃO**



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

ATENDIDO. NÃO OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA AMPLA COMPETIÇÃO. ANULAÇÃO DO CERTAME. REMESSA NÃO PROVIDA. I. Os arts. 3º e 40, da Lei n.º 8.666 /1993 prescrevem os requisitos para a elaboração do Edital de Convocação das licitações. II. Não se pode fazer **exigência** não prevista na lei e, com base nela, inabilitar ou desclassificar o licitante que deseja sagrar-se vencedor do certame. III - E desarrazoado o **formalismo** quando a desclassificação das empresas licitantes se dá em função de um documento não previsto em lei, ou quando se desconhece a sua finalidade. IV - Remessa não provida, para manter a sentença de base. **Processo** 178652007 MA **Orgão Julgador** MONTES ALTOS **Julgamento** 18 de Novembro de 2008 **Relator** MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

**Ementa:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. **EXIGÊNCIA EDITALÍCIA.** APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS REQUISITADOS, AINDA QUE POR OUTRA VIA. **FORMALISMO EXCESSIVO E CAPRICHOSE QUE DEVE SER AFASTADO.** SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Ao contrário do alegado em sede administrativa e na decisão aqui sabatinada, houve comprovação de registro dos responsáveis técnicos da empresa agravante junto ao CREA, órgão a que são filiados os engenheiros. 2. Decretar-se a habilitação da licitante em sede de liminar, em que pese não ser impossível, não é recomendada, pois tem inegável natureza satisfativa. 3. Porém, de rigor a suspensão da licitação, até que se julgue, em sede exauriente, a ação mandamental. Agravo de Instrumento parcialmente provido. **Processo** AI 4873252 PR 0487325-2 **Orgão Julgador** 5ª Câmara Cível **Publicação** DJ: 2009.65 **Julgamento** 9 de Dezembro de 2008 **Relator** Rosene Arão de Cristo Pereira.



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,

CEP 56.330-340, Petrolina – PE

Não se mostra plausível a desclassificação e, consequente eliminação, do Recorrente, pois esta cumpriu integralmente as exigências do edital.

Vale salientar que, o Recorrente não deixou de apresentar documentação, ou não a detinha, pelo contrário, o que ocorre é uma distorção do quanto expresso no edital.

A certidão do SPC/SERASA apresentada pelo Recorrente é combatida pelas faturas devidamente adimplidas, demonstrando que não há que se falar em negativação ou certidão positiva, pois aquele cumpriu, integralmente com todos os seus deveres.

Ora, se a documentação atesta que não existe situação irregular, é bem mais que certo que resta comprovada a regularidade.

Neste diapasão, não há que se falar em descumprimento ao edital por não comprovação da regularidade junto ao SPC/SERASA, pois o Recorrente demonstrou não haver qualquer irregularidade por meio das faturas adimplidas.

No que tange a experiência em área rural, o edital do certame é claro ao determinar a comprovação de experiência na área rural/agrícola, seja realizada por meio de declaração de empresa pública ou privada ou de sindicato Rural, bem como por registro na CTPS, senão vejamos o item 6.2, sub 6.2.1., letra "h":

h) **COMPROVANTE DA EXPERIÊNCIA** em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou privada, Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei,



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital. (grifo nosso)

Indo ao encontro de todo o relatado, o edital é claro ao exigir apenas declarações de empresas públicas ou privadas, sindicatos ou associações, fazendo a exigência de que tais declarações constassem a responsabilidade perante a lei, bem como cópia da CTPS.

Ora nobre autoridade julgadora, estar-se diante de uma interpretação restritiva do edital nº. 35/2017, o que é expressamente rechaçado pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência pátria.

Corroborando com o relatado acima, tem-se o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça-STJ, vejamos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA.

**1. A INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS DO EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NÃO DEVE SER RESTRITIVA.**

Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

2. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal.



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

3. Se o edital exige que a prova da habilitação jurídica da empresa deve ser feita, apenas, com a apresentação do "ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrada ou arquivadas na repartição competente, constando dentre seus objetivos a exclusão de serviços de Radiodifusão...", excessiva e sem fundamento legal a inabilidade de concorrente sob a simples afirmação de que cláusulas do contrato social não se harmonizam com o valor total do capital social e com o correspondente balanço de abertura, por tal entendimento ser vago e impreciso.

**4. Configura-se excesso de exigência, especialmente por a tanto não pedir o edital, inabilitar concorrente porque os administradores da licitante não assinaram em conjunto com a dos contadores o balanço da empresa.**

5. Segurança concedida."

(MS 5.779/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 9/9/1998, DJ 26/10/1998, p. 5.)

A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

Neste momento, surgi as indagações a serem respondidas pela comissão julgadora, qual seria o documento apto/exigido pelo edital para comprovar a experiência em área irrigada? A comprovação de proprietário de imóvel rural e declaração da associação do Agricultores do Projeto Pontal não demonstram a experiência exigida? O que se percebe é um nítido julgamento que interpreta de forma distorcida a documentação apresentada, bem como extrapola o quanto determinado no edital, pois exaustivamente se repete, não há obrigação de apresentação de declaração pormenorizando as atividades laborativas.



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

No caso em tela o Recorrente não é o único prejudicado, pois perde a administração Pública igualmente, haja vista a possibilidade de alcançar propostas financeiras em quantias mais vultuosas.

Neste momento não há que se falar somente em interpretação restritiva, mas sim em um total desrespeito/descumprimento ao certame, uma modificação as regras editalícias sem comunicação prévia nem, tampouco, justificação aos concorrentes, ferindo assim direito líquido e certo destes.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência,



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

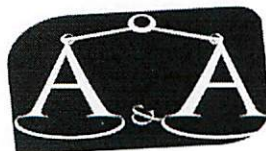
“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial”.  
(CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.)

Da mesma forma é o entendimento dos nossos tribunais:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA  
- LIMINAR - DEFERIMENTO DE MEDIDA DE URGÊNCIA -  
DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA EM EDITAL -  
INEXISTÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS - AGRAVO DE  
INSTRUMENTO - EFEITO SUSPENSIVO - PROVIMENTO. I - O  
princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na  
regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo seus termos  
serem observados até o final do certame, vez que vinculam as  
partes; II - agravo de instrumento provido.

(TJ-MA - AI: 283162005 MA, Relator: CLEONES CARVALHO  
CUNHA, Data de Julgamento: 19/04/2006, SAO LUIS)

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.  
REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR  
DE ILEGITIMIDADE RECURSAL, SUSCITADA PELO APELADO.  
REJEIÇÃO. MÉRITO. MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

CONCESSIVA DA ORDEM. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL DO CERTAME. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DEMONSTRAÇÃO.

(TJ-RN - MS: 55243 RN 2008.005524-3, Relator: Juiz Nilson Cavalcanti (Convocado), Data de Julgamento: 06/11/2008, 2ª Câmara Cível)

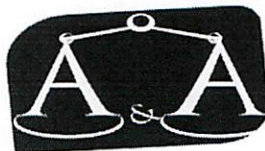
Nestes termos, vê-se que a comissão julgadora fere princípios jurídicos bem como vai de encontro ao entendimento jurisprudencial, mantendo a inabilitação do Recorrente, conseqüentemente, causando prejuízo ao erário, devendo ser reconsiderada, para que declare o Recorrente como habilitado a participar do certame.

### **DA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A possibilidade da comissão ou autoridade competente promover diligência, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, encontra-se disciplinada no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993.

A promoção de diligência é realizada sempre que a comissão julgadora, ou autoridade competente em presidir o certame, se esbarra com alguma dúvida, sendo mecanismo necessário para afastar imprecisões e confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório.

Nas palavras de Ivo Ferreira de Oliveira, que elucida com a clareza que lhe é peculiar, a diligência visa:



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

"(...) oferecer meios para que a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior possa promover inquirições, vistorias, exames pertinentes a questões que eventualmente surjam e até autorizar a juntada de documentos, permitindo à Comissão ou à Autoridade julgar corretamente o certame, graças aos esclarecimentos que a diligência lhe propiciou, mas sem perder de vista os princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório." (Ivo Ferreira de Oliveira, *Diligências nas Licitações Públicas*, Curitiba, JM Editora, 2001, p. 24.)

Ponto polêmico na redação do dispositivo em xeque diz respeito a "faculdade" da Administração realizar diligência. Não há discricionariedade da Administração optar ou não na realização de diligência, sempre que houver dúvidas sobre alguma informação a diligência torna-se obrigatória. Com brilhantismo e clareza Marçal Justen Filho leciona:

"A realização da diligência não é uma simples "faculdade" da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização." (Marçal Justen Filho, *Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos*, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.)

Destarte, a diligência não está condicionada a autorização prévia no instrumento convocatório ou ao pleito do particular, em verdade deve ser realizada de ofício visando salvaguardar a Supremacia do Interesse Público.



ANTUNES & ANTUNES

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

Em diversas oportunidades, o TCU chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante:

"É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Desta forma, por todo o ensinamento demonstrado acima, a comissão, caso exista incerteza, dúvida, ou necessidade de esclarecimento, deveria realizar diligências, acionando o SPC/SERASA, ou o próprio Recorrente e não inabilitá-lo de forma precipitada sem esgotar todas as maneiras de sanar o suposto vício.

Respeitável autoridade, neste momento é importante ressaltar que O RECORRENTE NÃO FOI INABILITADO POR NÃO APRESENTAR QUALQUER DOCUMENTAÇÃO QUE SEJA, OU POR ESTA SE ENCONTRAR



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

**INCOMPLETA, O QUE HÁ NO PRESENTE CASO É UMA INTERPRETAÇÃO ABUSIVA, RESTRITIVA E DESARRAZOADA DA COMISSÃO AO ANALISAR TODA A DOCUMENTAÇÃO INTEGRALMENTE APRESENTADA POR AQUELE.**

Assim sendo, resta justificado o merecimento de modificação da decisão da comissão julgadora, para que seja declarada a habilitação do ora peticionante.

#### **DA CLÁUSULA AMBÍGUA**

De forma subsidiária, apenas por amor ao debate, caso seja considerado o item 6.2, sub 6.2.1., letra “h” do edital 35/2017 como ambíguo ou com duplo sentido, o que não se acredita, a interpretação a ser utilizada seria para beneficiar o concorrente, ora peticionante, culminando na sua habilitação.

Senão, vejamos o posicionamento da nossa jurisprudência:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO SELETIVO PARA RESIDÊNCIA MÉDICA. ATRASO NA ENTREGA DE CURRÍCULO LATTES. FASE CLASSIFICATÓRIA. ELIMINAÇÃO DO CERTAME. **AMBIGUIDADE DO EDITAL CONFIGURADA. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CANDIDATO.** RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0330899-36.2013.8.05.0001, Relator (a): Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, Primeira Câmara Cível, Publicado em: 14/06/2016 )

(TJ-BA - APL: 03308993620138050001, Relator: Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 14/06/2016)

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DE CÍVILIS DA POLÍCIA MILITAR. RECURSO



**ANTUNES & ANTUNES**

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

ADMINISTRATIVO INADMITIDO EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE FOTOCÓPIA DA BIBLIOGRAFIA. AMBIGUIDADE DO EDITAL. INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO CANDIDATO. CONHECIMENTO DO RECURSO. POSSIBILIDADE. - Se redação do edital é ambígua e não permite concluir se os documentos a serem juntados para admissão do recurso referem-se ao inteiro teor dos textos pesquisados ou somente a indicação das fontes, deve ser conhecido o recurso, em razão de ser a interpretação mais favorável ao candidato. - Não é razoável seja adotada a interpretação mais gravosa e que impede conhecimento do recurso, sob pena de se valorizar demasiadamente o formalismo em detrimento do direito material.

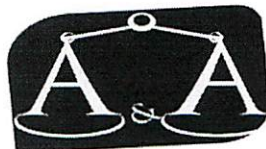
(TJ-MG - AI: 10024130414683001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 09/07/2013, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/07/2013)

Nesta vereda, mesmo no caso de alegação de cláusula ambígua, a interpretação a ser aplicada seria a que beneficiasse os concorrentes, justificando, mais uma vez, a declaração de habilitação do ora Recorrente, Sr. ELOY JOSÉ SILVA FILHO.

### **DO NÃO PREJUÍZO A TERCEIROS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Vale a pena ressaltar que a declaração de habilitação ora Requerida e que faz jus o Recorrente, não causa prejuízo há terceiro concorrente, haja vista que, na condição de habilitada, a modificação inicial será a abertura do envelope e o conhecimento da respectiva proposta financeira, não representando, inicialmente, modificação no resultado do certame.

Ora nobre autoridade, que prejuízo há para a sociedade? Quem é o terceiro lesado? Tais indagações não são respondidas, mas diametralmente oposta, se



**ANTUNES & ANTUNES**

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Térreo, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina – PE

---

preguntar quem é o prejudicado pela inabilitação do Recorrente, imediatamente surge a resposta “a administração pública”.

Neste diapasão, por não haver prejuízo a terceiro, bem como qualquer inobservância aos mandamentos do edital, deve ser modificada a decisão da comissão julgadora, declarando habilitado o senhor ADALBERTO VITORINO DA SILVA.

#### **DOS REQUERIMENTOS**

Por todo o exposto, Requer deste Ilustríssimo Senhor Presidente da CODEVASF que se digne a rever a decisão da comissão julgadora, para posterior modificação, declarando habilitado o ora Recorrente, Sr. ADALBERTO VITORINO DA SILVA.

**EMANOEL SILVA ANTUNES**

**OAB-PE 35.126**

**ALDA MENDES DE OLIVEIRA ANTUNES**

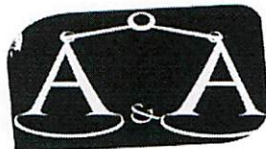
**OAB/PE nº 38.599**

**JOSAFÁ SOUZA DIAS NETO**

**OAB-PE 35.130**

**SAMILLA DUARTE DE SENA**

**OAB-PE 35.133**



ANTUNES & ANTUNES

**ADVOCACIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL**

Rua Floriano Peixoto, nº 134-A, Maria Auxiliadora,  
CEP 56.330-340, Petrolina - PE

## **PROCURAÇÃO PARTICULAR**

**OUTORGANTE: ADALBERTO VITORINO DA SILVA**, brasileiro, casado, policial Militar da Reserva, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 052.630.264-04 e RG nº. 7.544.193 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua da Inglaterra, 37, Areia Branca, Petrolina-PE, CEP: 56.320-328, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores e advogados os Bacharéis.

**OUTORGADOS: SAMILLA DUARTE DE SENA**, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB-PE nº 35.133, **JOSAFÁ SOUZA DIAS NETO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PE sob o nº. 35.130, **EMANOEL SILVA ANTUNES**, brasileiro, casado, inscrito na OAB-PE nº 35.126 e **ALDA MENDES DE OLIVEIRA ANTUNES**, brasileira, casada, advogada, todos com escritório profissional na Rua Floriano Peixoto, nº 134, Maria Auxiliadora, Petrolina-PE, onde recebe intimações, notificações e avisos de praxe, para o foro em geral em nome do outorgante representar perante qualquer Juízo, Instâncias ou Tribunais, Ministério Público Federal ou Estadual, promovendo quaisquer medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos e interesses do outorgante, podendo propor ações dos seus interesses e defendê-los nas contrárias, seguindo umas a outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, para o que lhe confere os poderes da **cláusula ad judicium**, bem como representar e defender perante auto de infração perante o, com os poderes especiais para transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, receber alvarás, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer os poderes ora conferidos em quem convier, com ou sem reservas de iguais poderes, o que dará por firme e valioso, como se presente estivesse.

Petrolina-PE, em 19 de setembro de 2018.

  
**ADALBERTO VITORINO DA SILVA**